

Plano de atividades referente à Educação Inclusiva na Universidade do Minho

A prossecução de uma Educação cada vez mais inclusiva tornou-se uma essencialidade no Ensino Superior. Desde a inovação pedagógica à adaptação e aplicabilidade, conforme a mesma, de processos previamente definidos, todos os aspetos idiossincráticos que se consubstanciam no léxico universitário característico da vida destes estudantes estão em constante transformação.

É refletindo diariamente a conexão entre as necessidades dos alunos e as lacunas que vamos detetando, sempre levando em conta o processo natural de evolução da sociedade às respostas que lhe vão sendo exigidas, que conseguimos potenciar o Ensino para um patamar onde podemos dizer que o mesmo se vislumbra igualmente e inclusivamente para todos.

A Associação Académica da Universidade do Minho reconhece, indissociavelmente, na sua atividade e na sua atuação o quão capital é esta demanda, pelo que é com regozijo que envia, nos pontos seguintes, a sua contribuição.

1. As práticas e as respostas que desenvolvem de inclusão dos alunos;

- Programas de sensibilização e formação destinados aos alunos sobre inclusão, educação inclusiva e direitos humanos;
- Introdução do tema “Educação Inclusiva” na atividade “Academia à Conversa”, que consiste na criação de um espaço de debate, reflexão e exposição de vários temas de relevo para a sociedade;
- Adaptação da comunicação interna e externa da AAUMinho e da UMinho aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, mitigando barreiras que se compreendam em braille, áudio e semelhantes;
- Criação de um Plano Individual de Apoio ao aluno, direcionado para os Estudantes com Necessidades Educativas Especiais e sempre em conformidade com a sua vontade, tendo este o intuito de perspetivar um melhor acompanhamento em função da sua condição individual;
- Programa de identificação de barreiras físicas e de acesso à informação digital, desconstruindo as mesmas e promovendo uma acessibilidade inclusiva;
- Incorporação pontual de um intérprete para formações e palestras;
- Incentivo à empregabilidade direcionada para pessoas com deficiências e promoção da prossecução de uma vida independente;
- Apoio a projetos de investigação centrados na área da inclusão;
- Oferta interna de estágios a alunos que queiram ter a oportunidade de os realizar na área da inclusão;

2. A existência ou não de uma unidade de apoio ao aluno, particularmente em relação aos que têm necessidades educativas especiais;

- Núcleo de Promoção da Inclusão, Desenvolvimento e Sucesso dos Estudantes;
- O Regulamento Académico da Universidade do Minho contempla medidas de apoio a estes estudantes;
- Área da inclusão no Departamento Social da AAUMinho;

3. A disponibilização ou não de recursos específicos para apoio desses alunos, em termos humanos, de equipamento e de materiais;

- Elevadores nos complexos pedagógicos;
- Adequação e adaptação de materiais pedagógicos (braille, materiais em relevo, ampliações e digitalizações);
- Fornecimento de materiais de apoio (lupas);

4. As dificuldades e as necessidades sentidas na educação inclusiva;

- Falta de sensibilização e formação dos docentes e assistentes operacionais para trabalhar com pessoas com necessidades específicas;
- Pouca consciencialização dos alunos em relação a este tema;
- Adequação dos métodos de ensino e de avaliação a estes alunos;
- Carência de capacidade de acompanhamento próximo a grupos com maior tendência de afastamento da comunidade académica;

5. Os desafios;

- Escassez de recursos financeiros para implementar uma transformação a fundo mais completa e conexas com a própria evolução da Universidade;
- Escassez de recursos humanos para amplificar a capacidade de resposta e a qualidade de aplicação da mesma;

6. O apoio aos alunos em termos de inserção no mercado de trabalho;

- Colaboração com o IIEFP no esclarecimento de medidas de apoio de inserção profissional;

7. As propostas que considerem pertinentes, nomeadamente em termos legislativos.

- Criação de um fundo de apoio à realização de obras direcionadas para a renovação infraestrutural de edifícios ou zonas de acesso dentro dos Campi;
- Organização de uma rede de disponibilização, no âmbito do acordo de Marrakesh e em cooperação com as editoras e Instituições de Ensino Superior, de material acessível para estudantes com necessidade educativas especiais, designadamente através de versões audiobook e semelhantes;
- Criação de um fundo de apoio à capacitação dos centros CAVI com viaturas de transporte adaptado;
- Promoção de uma campanha nacional de sensibilização e combate generalizado ao preconceito contra a tónica da diferenciação no Ensino Superior, abrangendo estudantes com necessidades educativas especiais, estudantes internacionais, estudantes com problemas de saúde crónicos, problemas “invisíveis” e estudantes pertencentes a minorias étnicas, entre outros;
- Criação de um fundo de capacitação material e tecnológica personalizados de Unidades Orgânicas que abriguem ciclos de estudos onde estejam, para aquele ano letivo, inscritos estudantes com necessidades educativas especiais;
- Inclusão, sob diretiva estratégica nacional, temas de inclusão nas Unidades Curriculares lecionadas nas diferentes áreas;
- Promoção de um estudo, no âmbito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em consonância com o artigo 24º, n.º5, de abrangência nacional, englobando todas as Instituições de Ensino Superior, com o intuito de avaliar o nível de adaptabilidade, em inúmeras dimensões, às necessidades das pessoas com deficiência, permitindo assim perceber quais os níveis de assimetrias existentes, quais as diversas necessidades visíveis e que práticas têm sido realizadas em cada um delas, de modo a podermos compreender concretamente qual o panorama vigente;